



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Conselho de Ministros:

Resolução n° 32/2006: (II Série)

Nomeando Jaqueline Manuela Pinto Rocha Pereira, licenciada em Medicina, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director-Geral de Saúde.

Chefia do Governo:

Secretaria-Geral do Governo.

**Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar e
Ministério das Finanças e Administração Pública:**

Gabinetes dos Ministros.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção de Administração.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

**Ministério da Economia Crescimento e
Competitividade:**

Direcção de Administração.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho conjunto de S. Ex^{as} o Presidente da Assembleia Nacional e Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Mar:

De 12 de Junho de 2006:

Erodina Gonçalves Monteiro, técnica superior, referência 14, escalão E, do quadro do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar, requisitada, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Directora de Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 39º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 25 de Julho de 2006. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—o§o—

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 32/2006 (II Série)
de 2 de Agosto

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República de Cabo Verde, o Governo aprova a seguinte Resolução:

É nomeada Jaqueline Manuela Pinto Rocha Pereira, licenciada em Medicina, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora-Geral da Saúde, com efeitos a partir da data da publicação desta Resolução.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

—o§o—

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria-Geral do Governo

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Presidência do Conselho de Ministro, da Reforma do Estado e da Defesa Nacional:

De 17 de Maio de 2006:

Com anuência do Conselho Superior da Magistratura Judicial a ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 2º, 3º e 12º do nº 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, 11º e 13º, nº 2 do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho, 38º e 39º, nº 1, alínea f) da Lei nº 135/IV/95 de 3 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 64/V/98, de 17 de Agosto, nomeia-se Manuel de Jesus Lopes Cabral, Juiz de direito do quadro da Magistratura Judicial, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor da Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da Reforma do Estado e da Defesa Nacional, prestando serviço no Centro Jurídico, com efeitos imediatos.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 3.01.01.01 do Orçamento do Gabinete da Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da Reforma do Estado e da Defesa Nacional. – (Isento do visto de Tribunal de Contas nos termos do nº 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho).

Secretaria-Geral do Governo, na Praia, aos 21 de Julho de 2006. – A Secretária-Geral, *Ivete Maria Herbert Duarte Lopes*.

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,
TRANSPORTES E MAR
E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Ministros

DESPACHO CONJUNTO

1. Visto o Decreto-Regulamentar 7/2005 sobre os Estatutos do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária;

2. Considerando:

a) O artigo 7º do citado Decreto-Regulamentar que fixa a duração do termo do mandato do Director Executivo em três anos, renovável;

b) O nº 1 do artigo 13º sobre o estatuto remuneratório do Director Executivo, é estabelecido pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das infraestruturas rodoviárias e finanças;

3. O Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Mar e o Ministro das Finanças e Administração Pública determinam o seguinte:

1. O termo de mandato do Director inicia-se no dia 1 de Março de 2006, de acordo com -o despacho da sua nomeação, com o seguinte salário e benefícios:

– Salário do Director Executivo: 190.000\$00

– Despesas de telefone/móvel: 7.500\$00 mensais

– Uso da viatura do Fundo no exercício da função

4. É aplicável ao Director do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, o regime de segurança social aplicável aos quadros da função pública;

5. As despesas com o Director do Fundo serão suportadas pelo Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, de acordo com o nº 1, alínea d) do artigo 17º do Decreto-Regulamentar 7/2005, de 29 de Agosto de 2005.

Cumpra-se:

Gabinetes dos Ministros das Infraestruturas, Transportes e Mar e Ministro das Finanças e Administração Pública, na Praia, 30 de Março de 2006. – Os Ministros, *Manuel Inocêncio Sousa – João Pinto Serra*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos
e Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 7 de Julho de 2006:

Francisco da Veiga Miranda, enfermeiro geral, escalão I, índice 125, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital “Dr. Agostinho Neto” – transferido para o Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, onde passará a desempenhar as suas funções.

Isabel Monteiro Tavares, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em serviço no Centro de Saúde de São Domingos – transferida para o Hospital “Dr. Agostinho Neto”, onde passará a desempenhar as suas funções.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, na Praia, aos 20 de Julho de 2006. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro das Finanças e Administração Pública:

De 25 de Julho de 2006:

Ao abrigo do disposto nos artigos 39º, nº 1 do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, é nomeado, Gustavo Gomes Moreira, licenciado em Contabilidade e Auditoria, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director de Serviço de Inspeção Tributária, na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, do Ministério das Finanças e Administração Pública.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 25 de Julho de 2006. – A Directora, *Albertina Rocha Costa*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a a ex-Ministra da Justiça:

De 15 de Dezembro de 2005:

José Manuel Tavares dos Santos, guarda prisional principal, referência 3, escalão A, do corpo da guarda prisional, do quadro da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e da Reinserção Social, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, por urgente conveniência de serviço, nos termos do nº 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, ficando colocado na Cadeia Central de São Martinho, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2005.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Divisão 10.13.08 CL. Ec. 01.01.02 - Pessoal do quadro da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e da Reinserção Social, do orçamento do Ministério da Justiça. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Julho de 2006).

De 29:

Nos termos do disposto dos artigos 1º a 4º do Decreto-Lei nº 17/2005, de 28 de Fevereiro de 2005, são promovidos os seguintes funcionários, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, como a seguir se indica:

Autelindo Domingos Ramos, ajudante de escrivão de Direito, referência 2, escalão B, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, promovido para a categoria de escrivão de Direito, referência 3, escalão A;

Antónia Spencer Andrade Santos, ajudante de escrivão de Direito, referência 2, escalão C, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocada no Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, promovida para a categoria de escrivã de Direito, referência 3, escalão A;

Jorge dos Santos Duarte, oficial de diligências, referência 1, escalão B, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, promovido para a categoria de ajudante de escrivão de Direito, referência 2, escalão A.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 10.12.15, CL. Ec. 3.01.04.06, do orçamento do Ministério das Finanças e Planeamento - Encargos Comuns.

De 24 de Fevereiro de 2006:

São transferidos, na mesma situação e categoria, os Oficiais de Justiça abaixo indicados, ao abrigo das disposições combinadas do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, nºs 1 e 3 alínea a) do artigo 49º do Estatuto de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro:

Ilda Maria Lopes do Rosário, ajudante de escrivão de Direito, referência 2, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, para a Procuradoria da República da mesma Comarca.

José Manuel Duarte Gomes, oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no 2º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, para a Procuradoria da República da mesma Comarca.

Nilton Jorge Ferreira Fernandes, oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no 3º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, para a Procuradoria da República da mesma Comarca.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita no capítulo 1º, divisão 4ª, Cl. Ec. 03.01.01.02 - Pessoal do quadro, do orçamento do Ministério da Justiça.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 24 de Julho de 2006. – O Director-Geral, p/s, *José Cardoso*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a a Ministra do Ambiente e Agricultura:

De 17 de Julho de 2006:

Adilson César Fortes Melício, engenheiro Agrónomo, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Delegado do mesmo Ministério na Ilha da Boa Vista, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir da data de posse como Delegado do Ministério do Ambiente e Agricultura na ilha de São Nicolau.

Celestino Mendes Gomes Tavares, técnico de referência 12, escalão B, quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, do Ministério do Ambiente e Agricultura, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Delegado do mesmo Ministério no Concelho do Tarrafal, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir da data de tomada de posse do novo Delegado.

Paula Cristina Neves, engenheira Agrónoma, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Delegada do Ministério do Ambiente e Agricultura em São Nicolau, é dada por finda a referida comissão.

Eugénio Avelino Sanches de Barros, técnico de referência 12, escalão B, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério do Ambiente e Agricultura, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Delegado do mesmo Ministério em Santa Catarina, é dada por finda a referida comissão.

Valentina Almeida Gomes Monteiro, técnica superior, referência 14, escalão D, quadro do Instituto Cabo- Verdiano de Acção Social Escolar - ICASE, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Directora do Gabinete da Ministra do Ambiente e Agricultura, reconduzida no cargo, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2006.

Albertina Morais Costa, oficial administrativo, referência 8, escalão A, quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, do Ministério do Ambiente e Agricultura, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções

de Secretária da Ministra do Ambiente e Agricultura, reconduzida no referido cargo, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2006.

Maria Filomena Semedo Tavares, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão C, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, do Ministério do Ambiente e Agricultura, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de secretária da Ministra do Ambiente e Agricultura, reconduzida no referido cargo, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2006.

José Augusto Ribeiro Mendes, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de condutor da Ministra do Ambiente e Agricultura, reconduzido no referido cargo, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2006.

Despacho do Director da Administração e Gestão de Recursos Humanos:

De 15 de Maio de 2006:

António Augusto Roberto da Luz, técnico profissional de 2º nível, referência 7, escalão B, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, do Ministério do Ambiente e Agricultura, prestando serviço na Delegação de Santo Antão, concedida, nos termos do artigo 45º do Decreto-Legislativo 3/93, de 5 de Abril, 30 (trinta) dias de licença sem vencimento, com efeitos a partir de 8 de Agosto de 2006.

Despacho do Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

De 21 de Junho de 2006:

Fausto Daniel Correia Carvalho, técnico de referência 12, escalão B, quadro definitivo do Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério do Ambiente e Agricultura, concedida, nos termos do artigo 45º do Decreto-Legislativo 3/93, de 5 de Abril, licença sem vencimento por mais 60 (sessenta) dias, com efeitos a partir de 24 de Julho de 2006.

Direcção da Administração e Gestão de Recursos Humanos do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 25 de Julho de 2006. – A Direcção da Administração, *Vladimiro Martins*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Direcção de Administração

Despacho conjunto de S. Ex^a o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade e Ministro das Finanças e administração Pública:

De 27 de Julho de 2006:

Tendo a Sociedade “BERAMAR GRILL – Restauração Hotelaria e Turismo, Lda”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação a favor do empreendimento “PENSÃO BERAMAR, situado na Cidade da Praia, Ilha de Santiago.

Tratando-se de um empreendimento com 20 (vinte) camas, cuja qualidade das instalações e dos serviços a oferecer aos turistas se perspectivam de bom nível, e se adequam à política nacional do turismo;

Tendo em conta que se trata de um investimento orçado em 24.289.000\$00 (vinte e quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil escudos), destinados a aquisição de equipamentos e mobiliários para o apetrechamento da referida Pensão;

Prevendo-se com esta iniciativa a criação de 14 postos de trabalho directos, o que irá contribuir para a redução do desemprego e para o aumento do rendimento disponível das famílias

Decidiu-se:

Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação ao empreendimento PENSÃO BERAMAR, por deferimento tácito, ao abrigo do Despacho conjunto que rege as normas de funcionamento da Comissão de Avaliação de Utilidade Turística, publicado no *Boletim Oficial* nº 23, I Série, de 6 de Junho de 2005, nos termos do nº 2 do artigo 6º.

Direcção de Administração do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 27 de Julho de 2006. – A Directora Administrativa, *Bárbara Lima*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelcom.cv

ASSINATURAS

Para o país:	Ano		Semestre		Para países estrangeiros:	Ano		Semestre	
	I Série	II Série	I Série	II Série		I Série	II Série	I Série	II Série
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00	8.721\$00				
II Série	5.770\$00	3.627\$00	II Série	7.913\$00	6.265\$00				
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00	4.731\$00				

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTA NÚMERO — 60\$00